DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Mala Direta Endereçada
Nº. 10.483.593/0001-48
Editora Gráfica Voz Regional LTDA
Correios

Ano XVII - Edição 1146 | Porto Velho - RO, 20 a 23 de novembro de 2026 | R$ 2,00

Novas Ciretrans fortalecem atendimento e ampliam acesso da população aos serviços do Detran-RO

As Circunscrições Regionais de Trânsito (Ciretrans) são fundamentais na descentralização dos serviços do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (Detran-RO).

Leia mais na pág. 03



Investimentos superiores a R$ 40 milhões modernizaram unidades regionais, ampliaram a acessibilidade e melhoraram os serviços de trânsito em Rondônia.

Comissão de Infraestrutura aprova R$ 4,9 bilhões em propostas de investimentos para 2027



Relatório aprovado no Senado prevê R$ 4,8 bilhões em investimentos, incluindo R$ 1,3 bilhão para recuperação de rodovias federais da Região Norte.

PÁGINA 02

Aeroportos de Cacoal e Vilhena estão entre os 23 terminais regionais que vão receber R$ 1,5 bilhão em investimentos do Governo Federal

PÁGINA 02

Rondônia alcança 4ª posição nacional em gestão dos recursos destinados à segurança pública



A execução dos recursos integra as ações de fortalecimento da segurança pública, permitindo investimentos na estrutura e na capacidade operacional das instituições.

PÁGINA 04

Pesca de tambaqui, pirarucu e outras 8 espécies tem novas regras em Rondônia



Nova norma estabelece períodos de defeso para diferentes espécies e define limites para captura de peixes durante a proibição.

PÁGINA 05

Prefeitura e Santo Antônio Energia alinham estratégias sobre segurança de barragem



Nosso foco é assegurar a segurança de todos e, para isso, é necessário estar pronto a todo momento" , comentou o prefeito Léo Moraes.

PÁGINA 04

Manejo de jacarés é retomado após quatro anos na Resex Lago do Cunhã, em Porto Velho

PÁGINA 03

Com relatoria de Marcos Rogério, Comissão de Infraestrutura aprova R$ 4,9 bilhões em propostas de investimentos para 2027

Entre as emendas aprovadas, está a proposta de R$ 1,3 bilhão para recuperação de rodovias federais da Região Norte, com prioridade para Rondônia

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (17), o relatório do senador e governador eleito de Rondônia, Marcos Rogério (PL-RO), sobre as emendas da comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 (PLN 24/2026). O parecer contempla seis emendas de apropriação que somam R$ 4,889 bilhões, além de duas emendas de remanejamento.

Entre os principais destaques está a emenda apresentada por Marcos Rogério, no valor de R$ 1,3 bilhão, destinada à recuperação e restauração de rodovias federais da Região Norte, com prioridade para Rondônia, conforme estabelece a justificativa da proposta.

Ao todo, o parlamentar analisou 55 sugestões de emendas apresentadas pelos senadores. Para a seleção das propostas, foram considerados critérios como a frequência das solicitações e o alcance social e econômico dos investimentos.

Investimentos em infraestrutura

O relatório aprovado contempla propostas de recursos para seis áreas: R$ 1,3 bilhão para recuperação de rodovias federais da Região Norte; R$ 1,2 bilhão para infraestrutura básica nos municípios da região da Calha Norte; R$ 250 milhões para reforma e reaparelhamento de aeroportos regionais; R$ 1,5 bilhão para operação de terminais hidroviários; R$ 360 milhões para fiscalização dos serviços de transporte terrestre e da infraestrutura concedida; R$ 279 milhões para adequação da BR-060, em Mato Grosso do Sul.

Presidente da Comissão de Infraestrutura e governador eleito de Rondônia, Marcos Rogério tem defendido a ampliação dos investimentos em infraestrutura, especialmente na Região Norte, como forma de melhorar as condições de transporte, reduzir custos logísticos e promover o desenvolvimento econômico.



Relatório aprovado no Senado prevê R$ 4,8 bilhões em investimentos, incluindo R$ 1,3 bilhão para recuperação de rodovias federais da Região Norte, com prioridade para Rondônia.

Com a aprovação do relatório, as emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde passarão por análise durante a tramitação do Orçamento da União para 2027.

Aeroportos de Cacoal e Vilhena estão entre os 23 terminais regionais que vão receber R$ 1,5 bilhão em investimentos do Governo Federal

O Ministério de Portos e Aeroportos vai ampliar e modernizar 23 aeroportos regionais com mais de R$ 1,5 bilhão em investimentos privados. Os terminais serão incluídos em contratos de concessão já existentes por meio do programa AmpliAR. Os investimentos previstos incluem intervenções nas pistas, nos pátios de aeronaves e nos terminais de passageiros, além de adequações necessárias para a operação dos aeroportos.

A etapa atual do AmpliAR está vinculada à repactuação do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Brasília para R$ 1,2 bilhão em investimentos. A proposta também prevê a incorporação de outros dez aeroportos regionais, localizados em Goiás, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, com R$ 857,8 milhões previstos para a ampliação e operação desses terminais.

Na primeira rodada, em novembro de 2025, 13 aeroportos foram arrematados, com previsão de R$ 731,6 milhões em investimentos privados, distribuídos principalmente pelas regiões Norte e Nordeste. Entre eles estão os terminais de Barreirinhas (MA), Paulo Afonso e Lençóis (BA), Jericoacoara e Canoa Quebrada (CE), São Raimundo Nonato (PI), Serra Talhada, Garanhuns e Araripina (PE), além de Vilhena e Cacoal (RO), Araguaína (TO) e Porto Alegre do Norte (MT).

AmpliAR

O programa funciona por meio de parcerias com empresas que já administram aeroportos concedidos à iniciativa privada. Essas concessionárias podem assumir também a gestão de aeroportos regionais e ficarem responsáveis por investimentos e adequações na infraestrutura e nas condições operacionais dos terminais. O modelo prevê mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão, como ajustes nas outorgas ou nos prazos contratuais.

AVIAÇÃO

O transporte aéreo brasileiro movimentou 99,6 milhões de passageiros entre janeiro e setembro de 2026, alta de 4,3% em comparação com o mesmo período do ano passado. Do total de passageiros transportados no período, 76,8 milhões viajaram em voos domésticos e 22,7 milhões em voos internacionais. Somente em setembro, foram mais de 10,8 milhões de passageiros, o melhor resultado para o mês em 26 anos, segundo dados consolidados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), com base no Relatório de Demanda e Oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).



Os investimentos previstos incluem intervenções nas pistas, nos pátios de aeronaves e nos terminais de passageiros, além de adequações necessárias para a operação dos aeroportos.

DIÁRIO RO diarioro.com.br
Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008
Rua General Osório, 243 - Centro
CEP: 76801-086 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Novas Ciretrans fortalecem atendimento e ampliam acesso da população aos serviços do Detran-RO

Aproximando o atendimento da população e garantindo mais eficiência, comodidade e acessibilidade aos usuários em todo estado, as Circunscrições Regionais de Trânsito (Ciretrans) são fundamentais na descentralização dos serviços do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (Detran-RO). De 2019 a 2026, investimentos em obras, reformas, aquisição de equipamentos, renovação de mobiliário, modernização tecnológica e ampliação de estruturas transformaram as unidades regionais e fortaleceram a prestação dos serviços públicos.

Os investimentos resultaram em unidades mais modernas, acessíveis e eficientes, garantindo mais conforto, agilidade e qualidade no atendimento prestado à população em todas as regiões de Rondônia.

INVESTIMENTOS

Nos últimos oito anos, o Detran-RO destinou mais de R$ 40 milhões para a construção, reforma, ampliação e modernização das Ciretrans, contemplando melhorias estruturais, novas sedes, adequação de pistas de exames, renovação de mobiliário, equipamentos de informática, sistemas de climatização e veículos operacionais.

O diretor de Engenharia Civil e Patrimônio (Direp), Geovane Ramos explica que, entre as melhorias já realizadas, destacam-se obras de construção, reforma, ampliação e revitalização das Ciretrans em municípios como Alta Floresta d'Oeste, Vilhena, Monte Negro, Alto Paraíso, Campo Novo de Rondônia, Governador Jorge Teixeira, Nova União, Seringueiras, São Francisco do Guaporé, Costa Marques e Guajará-Mirim.

"Outras intervenções seguem em andamento, com destaque para as unidades de Santa Luzia d'Oeste e Ji-Paraná, que se encontram em fase avançada de execução, além de Rolim de Moura, Presidente Médici, Urupá, Nova Brasilândia d'Oeste e Alvorada d'Oeste. As melhorias contemplam a modernização das instalações, adequações de acessibilidade e melhores condições de atendimento à população e de trabalho aos servidores."

SERVIÇOS ON-LINE

Outro avanço importante foi a modernização tecnológica das unidades. A implantação de leitores biométricos em Ciretrans de todo o estado trouxe mais segurança e agilidade nos processos de entrega de documentos, enquanto serviços digitais, como a Central de Serviços e atendimentos on-line, reduziram a necessidade de deslocamentos e ampliaram o acesso da população aos serviços do Detran-RO.



Investimentos superiores a R$ 40 milhões modernizaram unidades regionais, ampliaram a acessibilidade e melhoraram os serviços de trânsito em Rondônia.

Além do atendimento administrativo, as Ciretrans também atuam como pontos estratégicos para ações educativas, campanhas de conscientização, capacitações e iniciativas voltadas à segurança viária, contribuindo para a formação de condutores mais conscientes e para a redução dos sinistros de trânsito em Rondônia.

O diretor geral do Detran-RO, Sandro Rocha, avalia que as Ciretrans garante que os avanços da autarquia cheguem à população. "Independente da distância da Capital, promovendo cidadania, inclusão e mais qualidade no atendimento",

TCE dá 15 dias para Sesau regularizar contrato de R$ 1 milhão e determina reabertura de investigações



Tribunal também determina reabertura de investigações sobre contratações emergenciais para coleta de resíduos hospitalares em Rondônia.

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) determinou que a Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) regularize, no prazo de 15 dias após a notificação, um contrato emergencial de R$ 1.067.890,47 destinado à coleta, transporte, tratamento e destinação de resíduos hospitalares. A decisão também prevê a reabertura de investigações sobre possíveis irregularidades em contratações realizadas desde 2022.

A determinação foi assinada pelo conselheiro Jailson Viana de Almeida, após representação do Ministério Público de Contas (MPC-RO). Os serviços abrangem o Hospital Regional de Extrema, o Laboratório de Fronteira de Rondônia (Lafron) e o Hospital de Retaguarda de Rondônia (HRRO).

Segundo o MPC-RO, há indícios de que os serviços foram prestados sem cobertura contratual desde fevereiro de 2026 em duas unidades e desde junho no Hospital de Retaguarda. As despesas relacionadas à execução sem contrato foram estimadas em aproximadamente R$ 430 mil.

A fiscalização também identificou sucessivas contratações emergenciais e atrasos em um processo licitatório iniciado em 2021. O Tribunal apontou ainda uma diferença de R$ 347 mil entre o valor da contratação emergencial e a proposta mais bem classificada em pregão, situação que levantou questionamentos sobre a economicidade dos gastos.

Além da regularização contratual, o TCE-RO determinou a retomada de três investigações referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024. Os procedimentos deverão ser reabertos em até 30 dias, com prazo de 180 dias para conclusão das apurações. A decisão não suspendeu os serviços de coleta de resíduos hospitalares, considerando sua importância para o funcionamento das unidades de saúde.

Manejo de jacarés é retomado após quatro anos em Porto Velho



O manejo de jacarés foi retomado após quatro anos na Reserva Extrativista (Resex) Lago do Cunhã, em Porto Velho. A atividade é considerada uma oportunidade de fortalecer a economia das comunidades tradicionais que vivem na região, além de impulsionar o turismo e a valorização dos produtos locais.

A retomada foi acompanhada pelo prefeito de Porto Velho, Léo Moraes, que destacou a importância da regularização da atividade e da estruturação do turismo comunitário para os moradores da reserva.

Durante a retomada do manejo, também foi realizada a entrega do selo de identificação geográfica ao frigorífico responsável pelo processamento dos jacarés. A unidade recebeu ainda a licença de operação, construída em parceria com órgãos ambientais, entre eles o Ibama e o ICMBio.

Conforme informado pelo prefeito, a licença tem validade de seis anos, enquanto a cooperativa deverá manter a regularidade de suas atividades por meio de verificações anuais.

Rondônia alcança 4ª posição nacional em gestão dos recursos destinados à segurança pública

De acordo com o Painel de transparência do Ministério da Justiça, Rondônia alcançou 84,91% de execução dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), percentual que coloca o estado na quarta posição entre as unidades da Federação com maior índice de aplicação dos valores disponibilizados pelo fundo. Até outubro de 2026, foram executados R$ 243.243.563,12 mil.

O resultado está relacionado ao planejamento e à gestão dos recursos destinados à segurança pública, que possibilitam investimentos na estrutura das instituições, na modernização de equipamentos e no aprimoramento das condições de trabalho dos profissionais das forças de segurança.

Referente a outubro de 2026, conforme o levantamento, disponível no Painel de Transparência do Fundo Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Rondônia apresenta o quarto maior percentual de execução entre os estados brasileiros. O índice fica atrás do Ceará (92,46%), Rio Grande do Norte (90,32%) e Paraná (85,40%).

A aplicação responsável dos recursos públicos é fundamental para garantir investimentos que atendam às necessidades da segurança pública, fortalecendo as instituições, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais, além de ampliar a capacidade de proteção à população.

O titular da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec), José Hélio Cysneiros Pachá, ressaltou que a execução dos recursos permite atender às demandas das instituições e ampliar a capacidade de atuação das forças de segurança. “O percentual alcançado demonstra a importância do planejamento e do acompanhamento da aplicação dos recursos. Os investimentos são direcionados às necessidades das instituições, contribuindo para a modernização da estrutura operacional e para o fortalecimento das ações desenvolvidas em benefício da sociedade.”

A execução dos recursos do FNSP integra as ações de fortalecimento da segurança pública em Rondônia, permitindo investimentos na estrutura e na capacidade operacional das instituições responsáveis pela prevenção e pelo enfrentamento à criminalidade.



A execução dos recursos do FNSP integra as ações de fortalecimento da segurança pública em Rondônia, permitindo investimentos na estrutura e na capacidade operacional das instituições.

Além da modernização das estruturas e da aquisição de equipamentos, a utilização dos recursos federais contribui para o desenvolvimento de ações estratégicas voltadas à prevenção da violência, ao combate à criminalidade e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados à população. A continuidade dos investimentos, é fundamental para assegurar a eficiência na aplicação dos recursos públicos.



Prefeitura e Santo Antônio Energia alinham estratégias sobre segurança de barragem

Dotado de duas usinas hidrelétricas de grande porte em seu território, o município de Porto Velho vem atuando intensamente nas ações de prevenção e segurança de barragens, garantindo tranquilidade à população porto-velhense, em especial às comunidades ribeirinhas ao longo do rio Madeira.

Na manhã da última terça-feira (17), um workshop promovido pela Santo Antônio Energia apresentou pontos importantes do trabalho de simulado comunitário, que se estenderá em atividades até o início do próximo mês de dezembro.



Nosso foco é assegurar a segurança de todos e, para isso, é necessário estar pronto a todo momento” , comentou o prefeito Léo Moraes.

A Prefeitura de Porto Velho participou por meio de representantes da Defesa Civil Municipal e do Gabinete Militar. O coronel Marcelo Duarte foi um dos expositores do evento. Representando a prefeitura, ele falou sobre as comunidades que vivem em áreas consideradas de salvamento secundário.

“É importante a gente frisar que há uma segurança muito grande das barragens, mas nós precisamos estar preparados caso ocorra alguma situação. Precisamos estar preparados, por isso são tão importantes os simulados, que nos capacitam para atuar de maneira correta em uma eventual necessidade” , disse o coronel Marcelo Duarte.

Presente no local, o superintendente da Defesa Civil Municipal, Dr. Marcos Berti, ressaltou a importância dessa integração entre o Executivo Municipal e a Santo Antônio Energia no que diz respeito à integridade da população.

“Esse fator de prevenção é um dos nossos pilares de trabalho e hoje é a oportunidade dos nossos colaboradores fazerem mais uma capacitação e se prepararem para qualquer eventualidade. Mais uma vez, a Defesa Civil segue ligada a um trabalho de resposta e proteção da sociedade” , declarou Dr. Marcos Berti.

O prefeito Léo Moraes reafirmou o compromisso de manter um aparato municipal diligente e preparado para amparar a sociedade. Por isso, esse alinhamento estratégico se tornou um dos pontos fundamentais na garantia da segurança das barragens.

“Ações simuladas, cursos preparatórios, entre uma série de medidas preventivas, estão inseridas nesse alinhamento realizado entre a Prefeitura de Porto Velho e a Usina de Santo Antônio. Nosso foco é assegurar a segurança de todos e, para isso, é necessário estar pronto a todo momento” , comentou o prefeito Léo Moraes.

O workshop terá mais uma fase, quando será realizado um simulado de desastre de barragem. A previsão é que essa segunda etapa aconteça no próximo mês de dezembro.

Pesca de tambaqui, pirarucu e outras 8 espécies tem novas regras em RO



Nova norma estabelece períodos de defeso para diferentes espécies e define limites para captura de peixes durante a proibição.

O Governo de Rondônia publicou no Diário Oficial do Estado (DOE), nesta terça-feira (17), uma nova instrução normativa que estabelece os períodos de defeso e as regras para pesca, captura, transporte, armazenamento e comercialização de peixes no estado.

A medida busca proteger a reprodução natural das espécies e regulamentar a atividade pesqueira nas bacias hidrográficas de Rondônia.

Pela norma, a pesca de tambaqui fica proibida entre 1º de outubro e 31 de março, em todas as bacias hidrográficas do estado. Já a pesca de pirarucu será proibida entre 1º de novembro e 30 de abril no trecho do Rio Madeira abaixo da barragem da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

Além disso, entre 15 de novembro e 15 de março de 2027, fica proibida a pesca de outras oito espécies em todas as bacias hidrográficas de Rondônia. São elas: pescada;surubim;caparari;pirapitinga;jatuarana;dourada;filhote epirarara.

No mesmo período, também fica proibida a pesca de qualquer espécie nos berçários, afluentes e lagoas marginais da Bacia Hidrográfica do Rio Guaporé. Durante os períodos de proibição, pescadores profissionais artesanais e amadores podem capturar espécies que não estejam protegidas pelo defeso. O limite é de até 5 quilos de pescado ou um exemplar por semana, por pescador.

Para moradores ribeirinhos que praticam a pesca exclusivamente para alimentação da família, o limite é de até 5 quilos de pescado ou um exemplar por dia.

A modalidade pesque e solte também continua permitida, desde que envolva espécies não protegidas pelo defeso e respeite as demais regras ambientais.

A nova norma também estabelece regras específicas para o pirarucu na parte superior da Bacia do Rio Madeira, acima da barragem da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

Nesse trecho, a espécie é considerada exótica invasora e poderá ser capturada durante todo o ano, seguindo as regras de controle populacional.

Os peixes capturados deverão ser retirados da água. A devolução ao ambiente é proibida.

A comercialização dos produtos e subprodutos dessa pesca também fica restrita ao território de Rondônia. Mesmo fora dos períodos de defeso, a pesca permanece proibida em algumas áreas previstas na legislação estadual.

Entre elas estão locais a menos de 200 metros de barragens, cachoeiras, corredeiras, escadas de peixes e desembocaduras de rios.

A fiscalização do cumprimento das regras será realizada pelos órgãos ambientais competentes, que poderão aplicar penalidades aos infratores conforme a legislação vigente.

A orientação é que pescadores, comerciantes e consumidores fiquem atentos aos períodos de defeso e às restrições estabelecidas.

Após 20 anos de dificuldades, moradores acompanham melhorias em rua do Novo Horizonte

Quem mora na Rua 15 de Novembro, no bairro Novo Horizonte, conhece de perto as dificuldades enfrentadas no trecho próximo à avenida Campo Sales.

Durante o período de chuvas, a lama dificultava a passagem, enquanto nos dias secos a poeira fazia parte da rotina das famílias. Agora, essa realidade começa a mudar com os serviços de assentamento de tubos executados pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra).

Morador da região há duas décadas, Eliezer de Souza conta que a intervenção representa uma mudança aguardada há muitos anos. “Moro aqui há 20 anos e essa é a primeira vez que acontece.

O assentamento da tubulação faz parte das ações de infraestrutura voltadas à melhoria da drenagem e das condições das vias.

A intervenção busca facilitar o escoamento da água, especialmente durante o período chuvoso, e proporcionar melhores condições de passagem para moradores e demais pessoas que utilizam o trecho.

O prefeito Léo Moraes destaca que obras como essa representam o compromisso da gestão em atender demandas que fazem diferença na rotina das comunidades.

“Nosso trabalho é olhar para os bairros e entender aquilo que realmente impacta a vida das pessoas. Uma obra como essa pode parecer simples, mas para quem convive há anos com lama, poeira e dificuldade de acesso, ela representa uma grande mudança. É esse tipo de resultado que queremos levar para cada região de Porto Velho”.

A intervenção também busca atender a uma necessidade antiga dos moradores, que enfrentam dificuldades de circulação em razão das condições da via.

O trabalho de drenagem é uma etapa importante para melhorar o escoamento da água e contribuir para a conservação do trecho.

O secretário municipal de Infraestrutura, Liandro Loyola, explica que as equipes da Seinfra atuam de forma planejada para identificar os pontos que precisam de intervenção e melhorar as condições de infraestrutura da cidade.



Intervenção busca melhorar o escoamento da água e as condições de passagem para os moradores.

“Estamos trabalhando para levar infraestrutura para onde a população mais precisa. O assentamento desses tubos vai contribuir para melhorar o escoamento da água e as condições de acesso nesse trecho, trazendo mais tranquilidade para os moradores.

O assentamento desses tubos vai contribuir para melhorar o escoamento da água e as condições de acesso nesse trecho, trazendo mais tranquilidade para os moradores. É uma intervenção que atende uma necessidade antiga da comunidade”.

A Prefeitura segue com ações de drenagem, recuperação e melhoria das vias em diferentes regiões, com intervenções voltadas aos locais que apresentam dificuldades de acesso e problemas relacionados ao período chuvoso.



Polícia investiga morte de jovem em Rondônia



Polícia Civil investiga morte de jovem encontrada em área de mata na zona rural de Rondônia.

A Polícia Civil investiga a morte de uma jovem identificada como Clarice Figueiredo Aguiar, de 25 anos, encontrada na quarta-feira (18) em uma área de mata na região da Linha da Figueira, na zona rural entre Espigão do Oeste e Cacoal (RO).

A vítima estava desaparecida desde o início da semana. O corpo foi localizado por um casal que passava pela região e percebeu um forte odor vindo da vegetação. Ao verificar a situação, encontrou a jovem e acionou a Polícia Militar.

A Polícia Civil trabalha para identificar o que aconteceu, além de apurar se houve crime e quem poderia estar envolvido. Até o momento, não há informações sobre suspeitos ou motivaçã

PF investiga esquema de migração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos

A Polícia Federal deflagrou, nesta quinta-feira (19/11), a 3ª fase da Operação Yankee, para aprofundar a investigação sobre uma organização criminosa suspeita de promover a migração irregular de brasileiros para os Estados Unidos mediante pagamento e de lavar os recursos obtidos com a atividade.

Foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão em Ji-Paraná/RO e Guarulhos/SP, expedidos pela 7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia.

Durante as buscas, os policiais apreenderam veículos, duas armas de fogo e R$ 45 mil em espécie. Uma das armas estava em situação irregular, o que resultou na prisão em flagrante de um investigado.



Operação Yankee cumpre mandados em dois estados e prende investigado em flagrante.

A apuração é desdobramento da 1ª fase da Operação Yankee, que apurou a atuação de um grupo criminoso em Buritis/RO.

Segundo as investigações, os suspeitos organizavam viagens e intermediavam o ingresso irregular de brasileiros nos Estados Unidos, por meio de cobrança de valores elevados.

Os investigados poderão responder, conforme a participação de cada um, pelos crimes de promoção de migração ilegal, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

PF deflagra operação contra o tráfico interestadual de drogas

A Polícia Federal deflagrou, nesta quinta-feira (19/11), a Operação Loquax, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa atuante no tráfico interestadual de drogas. O grupo recebia cocaína e maconha no Acre e transportava a droga por rodovias federais até o Centro-Oeste, o Sudeste e o Nordeste do país.

São cumpridos 56 mandados de busca e apreensão e 27 de prisão preventiva em Rondônia, Acre, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Bahia. As ordens foram expedidas pela 2ª Vara de Garantias/TJ/RO da Comarca de Porto Velho.

A investigação começou em 2024, em Ariquemes/RO, onde integrantes do grupo guardavam a droga em um sítio. A partir disso, a PF identificou as pessoas responsáveis pelo transporte, bem como os fornecedores e os destinatários.

Desde o início da operação, foram efetuadas 15 prisões em flagrante. Juntas, as apreensões somam, aproximadamente, 1.645 kg de drogas, entre skunk e cocaína.

Além das prisões e apreensões, a operação busca reunir novas provas sobre a estrutura e o funcionamento da organização criminosa, identificando os responsáveis pelo abastecimento, armazenamento e distribuição dos entorpecentes.

As diligências também têm como objetivo localizar outros envolvidos e interromper as rotas utilizadas para o transporte das drogas entre as diferentes regiões do país.

Os investigados poderão responder por tráfico interestadual de drogas, associação para o tráfico e participação em organização criminosa, entre outros crimes que possam se identificados.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CABIXI - RO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Torna-se pública a republicação do Pregão Eletrônico n.º 046/2026, Exclusivo para MPEs, de menor preço por Item, Processo n.º 1-2039/2026/SEMUSA, objetivando o registro de preços para aquisição de oxigênio medicinal (gás comprimido) para a SEMUSA, com nova sessão pública no dia 08/12/2026, às 09h30 (horário de Brasília-DF), na plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br), com valor estimado de R$ 62.490,00. Permanecem inalteradas as demais condições do certame. Edital republicado disponível no PNCP, no site www.cabixi.ro.gov.br, pelo e-mail licitacoes@cabixi.ro.gov.br ou pelo telefone (69) 3345-2353.

Cabixi – RO, 19 de novembro de 2026.

Allison Maicon Bento Pretto
Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ELETRÔNICA nº 013/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2878/2026

Objeto: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A RÁDIO COMUNITÁRIA FM 87,9 DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO ORIUNDOS DE EMENDA IMPOSITIVA" Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor estimado: R$ 5.049,62 Data e Horário da fase de lances: 30/11/2026, das 09h30min. às 15h30min. (Horário de Brasília).

Alto Paraíso/RO, 19 de novembro de 2026.

Eliene da Silva
Pregoeira/Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CHUPINGUAIA - RO

DISPENSA-SE

A licitação para a contratação direta com a GARCEZ EVENTOS LTDA, CNPJ: 60.718.796/0001-44, para o Contratação de uma apresentação musical da artista Kira Garcez, com o espetáculo "Natal Encantado", em Chupinguaia/RO, no dia 21 de novembro de 26, das 20h às 21h, conforme as condições do Termo de Referência, Justificativa da Contratação, NAD e Parecer da Auditoria, com empenho, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com respaldo legal no artigo 74 inciso II da Lei 14.133/2021. Publique-se o Aviso de Inexigibilidade de Licitação nº. 80/26, Proc. nº. 2293/26.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

Polícia Civil cumpre mandado de prisão preventiva em Porto Velho

A Polícia Civil de Rondônia, por meio da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) de Porto Velho, cumpriu, na tarde de quarta-feira (18), um mandado de prisão preventiva contra um homem identificado pelas iniciais A. A. C., investigado por crimes relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Durante a ação, realizada na capital, também foi cumprida uma ordem judicial de busca e apreensão.

A operação foi realizada por equipes da unidade especializada, em cumprimento a determinações da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Porto Velho. O caso está relacionado a um processo de medidas protetivas de urgência e à apuração de possíveis crimes previstos na Lei Maria da Penha.

Durante as diligências, os policiais localizaram o investigado no endereço indicado pela Justiça. Após receber ciência das ordens judiciais, ele foi preso sem apresentar resistência. A ação integra os procedimentos de investigação e cumprimento de decisões judiciais voltadas à proteção de mulheres em situação de violência.

Após a prisão, o homem foi conduzido à sede da DEAM, localizada na Unisp Leste, onde foram realizados os procedimentos legais. Em seguida, passou por exames de praxe e foi colocado à disposição da Justiça, aguardando audiência de custódia e demais providências judiciais.

A prisão preventiva é uma medida cautelar determinada pela Justiça durante a investigação ou o processo criminal, quando presentes os requisitos previstos na legislação. No contexto da violência doméstica, as medidas judiciais buscam garantir a segurança da vítima e impedir que novas situações de violência ocorram durante a apuração dos fatos.

A Lei Maria da Penha estabelece mecanismos para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, incluindo medidas protetivas de urgência, que podem determinar o afastamento do agressor.

As denúncias podem ser feitas pelo Disque-Denúncia 197.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA - RO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2025

Processo Administrativo nº 2-2385/2024, Contratante: Município de Chupinguaia/RO. Contratada: AM Arquitetura e Urbanismo Ltda., CNPJ nº 22.278.902/0001-27. Objeto: suspensão temporária da execução dos serviços ainda não realizados no âmbito do contrato, referente à construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), em razão da ausência de transferência dos recursos federais previstos. A suspensão produz efeitos a partir de 24/10/26 e permanecerá até a formalização de ordem de retomada ou outra providência administrativa cabível. O cronograma ficará suspenso pelo período correspondente, nos termos do art. 115, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas. Data: 11 de novembro de 2026.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora Municipal

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA - RO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48-02/25

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA E NEXUS VENDAS & SERVIÇOS LTDA. DAS ALTERAÇÕES: Prorrogação da vigência da Ata de Reg. de Preços nº 48/25 e renovação dos quantitativos registrados para o período prorrogado, nos termos da Cláusula Segunda e da Cláusula Quarta, item 3, da Ata. DO PRAZO: Fica prorrogada a vigência da Ata de Reg. de Preços nº 48/25 pelo período de 12 (doze) meses, de 08 de janeiro de 27 a 08 de janeiro de 28. DO VALOR: Para o período prorrogado, fica renovado o quantitativo de 321 (trezentas e vinte e uma) cestas básicas, ao valor unitário de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), totalizando R$ 112.350,00 (cento e doze mil, trezentos e cinquenta reais). O quantitativo renovado constitui limite máximo, não implicando obrigação de aquisição integral pela Administração. DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem em vigor e inalteradas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Reg. de Preços nº 48/25, não expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo. PROC. ADM. nº 4-2151/25. DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 16 de novembro de 2026.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora Municipal

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 063/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2753/2026
MODO DE DISPUTA ABERTO
EXCLUSIVO ME EPP
Decreto Municipal nº 5705/2025

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE 01 (UM) TRENZINHO RECREATIVO, (TIPO TRENZINHO DA ALEGRIA) , PARA REALIZAÇÃO DE PASSEIOS GRATUITOS À POPULAÇÃO NO NATAL ENCANTADO 2026 NO MUNICIPIO DE ALTO PARAISO - RO". Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor total estimado: R$ 17.887,50 Início da sessão pública dia 08/12/2026 às 10h00min (horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaiso.ro.gov.br.

Alto Paraíso/RO, 19 de novembro de 2026.

Eliene da Silva
Pregoeira/Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA - RO

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 16/2026

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Decreto Municipal de nº 23/2025, torna público que realizará Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 16/2026, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Global. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 2736/2024 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia para reforma e adequação à Acessibilidade do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com área total de 385,57m², atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS. P. A. nº 1532/2026. Valor Total de R$: 340.759,70. Início para cadastro de propostas: 08:00h, do dia 24/11/2026; Data de início da sessão pública: 09:00h do dia 15/12/2026; horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares no Portal www.chupinguaia.ro.gov.br.

Chupinguaia, 19/11/26

SINDOVAL GONÇALVES
Agente de Contratação



Porto Velho conhece tabela do Campeonato Rondoniense 2027 e estreia contra o Rondoniense



Locomotiva terá seis rodadas na competição estadual, com confrontos diante de Rondoniense,barcelona e S.C. Genus.

O Gazin Porto Velho Esporte Clube divulgou oficialmente a sequência dos seus seis primeiros compromissos válidos pelo Campeonato Rondoniense de 2027.

A programação prevê confrontos contra três adversários tradicionais do futebol estadual, distribuídos ao longo de seis rodadas.

De acordo com a ordem apresentada pela diretoria da Locomotiva, a estreia na competição será diante do Rondoniense.

Na segunda rodada, a equipe terá o Barcelona como adversário, encerrando o primeiro turno de confrontos diante do Sport Club Genus na terceira rodada.

A sequência prossegue no returno com um novo encontro diante do Rondoniense, previsto para a quarta rodada. Na quinta rodada, o Barcelona volta a cruzar o caminho do Porto Velho, enquanto o encerramento desta etapa divulgada ocorrerá na sexta rodada, novamente contra o Genus.

O anúncio foi publicado nas redes sociais oficiais do Porto Velho Esporte Clube, que confirmou a definição da tabela e destacou o início do planejamento e dos preparativos para a disputa estadual de 2027.

Na nota, o clube ressaltou o foco no trabalho e manifestou o objetivo de protagonizar mais uma campanha de destaque na competição.

A arte compartilhada pela assessoria apresenta apenas a ordem dos enfrentamentos, sem detalhar ainda as datas exatas, os horários ou os estádios onde as partidas serão realizadas, informações que dependem da homologação final da Federação de Futebol do Estado de Rondônia (FFER).

SEQUÊNCIA DE JOGOS DO GAZIN PORTO VELHO

1ª Rodada: Porto Velho x Rondoniense; 2ª Rodada: Porto Velho x Barcelona; 3ª Rodada: Porto Velho x S.C. Genus; 4ª Rodada: Porto Velho x Rondoniense;5ª Rodada: Porto Velho x Barcelona;6ª Rodada: Porto Velho x S.C. Genus.

CBF estima prejuízo de R$ 2 bilhões até 2030 após proibição das bets

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) anunciou que a proibição de publicidade e patrocínios de empresas de apostas esportivas deve provocar um severo impacto financeiro nas receitas da entidade e dos campeonatos nacionais já a partir de 2027.

O diagnóstico econômico foi apresentado nesta terça-feira (17), durante uma reunião extraordinária promovida pela confederação com dirigentes e representantes dos clubes das séries A e B do Campeonato Brasileiro.

Segundo os números detalhados no encontro, a restrição imediata aos contratos publicitários do setor poderá representar uma perda direta de R$ 420 milhões apenas para a próxima temporada — montante equivalente a 16% de todo o orçamento anual previsto pela CBF.

Quando considerados os contratos vigentes em 2026 e as projeções financeiras acumuladas até o ano de 2030, a entidade estima que o prejuízo global ultrapasse a marca de R$ 2 bilhões. O encontro teve como foco central debater os efeitos práticos e jurídicos da Medida Provisória nº 1.394/2026, editada pelo governo federal para regulamentar e restringir a atuação e a veiculação publicitária das plataformas de apostas esportivas em território brasileiro.

O setor de bets consolidou-se nos últimos anos como o principal financiador de propriedades comerciais do futebol brasileiro, estampando uniformes, placas de publicidade e naming rights de competições.

Para evitar um colapso financeiro imediato no caixa da entidade, no repasse de cotas e na sustentação econômica dos clubes e das divisões de acesso, os dirigentes discutiram alternativas de interlocução institucional junto ao Congresso Nacional e ao Executivo.

Entre as propostas apresentadas, ganhou consenso a defesa por um período de transição gradual, permitindo que os contratos em vigor sejam respeitados ou encerrados de forma escalonada.



Impacto acumulado pode superar R$ 2 bilhões até 2030.

Como parâmetro internacional para sustentar o pedido, a CBF apresentou o modelo adotado recentemente pelo futebol inglês.

Em 2023, os clubes da Premier League aprovaram o fim dos patrocínios máster de casas de apostas na parte frontal dos uniformes, mas estabeleceram um prazo de adaptação de aproximadamente três anos — válido até o encerramento da temporada 2025/2026 — para que as equipes pudessem se reorganizar financeiramente e captar novos parceiros comerciais de outros segmentos sem comprometer seus orçamentos.

A cúpula do futebol nacional deve formalizar nos próximos dias uma agenda técnica em Brasília para apresentar os estudos de impacto econômico e negociar emendas ao texto da Medida Provisória.

